



Informativo do **sindPREvs** FENASPS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

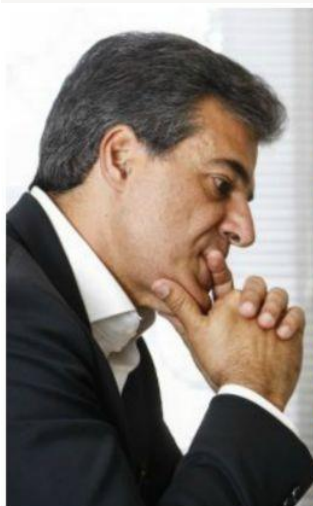


FACEBOOK : <https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais>

NOTÍCIAS EM DESTAQUE **18 DE MAIO**



ROSEMARY NORONHA, DENUNCIADA MAIS UMA VEZ. AGORA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.



Governo não apresenta proposta e Fórum dos SPFs orienta à paralisação de atividades em 29 de maio!



Durante o Ato Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPFs) realizado nessa quinta-feira, 14 de maio, a Fenasps – junto de mais 30 entidades do Fórum dos SPFs – se reuniu com o interlocutor do governo com os trabalhadores, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento (SRT/MPOG), Sergio Mendonça.

Mais uma vez, as negociações não avançaram. A reunião contou apenas com a apresentação de estudos a respeito de benefícios dos servidores – auxílio pré-escolar, saúde suplementar (Geap, Capesaúde, etc) – e o MPOG não fez nenhuma apresentação de proposta nem sequer respondeu às reivindicações dos servidores protocoladas no [ato de lançamento da Campanha Salarial 2015, em fevereiro](#).



Paralisação de atividades, encontros, ato: eventos no final de maio

Com isso, a Fenasps acatou a orientação do Fórum de Entidades dos SPFs aos trabalhadores para que paralizem as atividades no dia 29 de maio, último dia útil do mês, movimentação que centrais sindicais também farão.

Aproveitando o ensejo, a Fenasps agendou os encontros dos servidores do Seguro e da Seguridade Social para o dia 31 de maio, domingo, e um Dia Nacional de Luta, organizado pela FENASPS, com atividades em Brasília para 1º de junho. (FONTE: FENASPS)

Governo costura reajuste menor para o Judiciário

Na tentativa de evitar uma crise com o Supremo Tribunal Federal (STF), o governo Dilma Rousseff deflagrou uma operação esta semana para fechar um acordo que adie a entrada em vigor de um reajuste para os servidores do Poder Judiciário. Preocupado em cumprir a meta do ajuste fiscal, o Palácio do Planalto quer mudar uma proposta de concessão de aumento para a categoria, que tramita no Senado, que causaria um impacto nas contas públicas de cerca de R\$ 1,5 bilhão, se for aprovada ainda este ano.

Na reunião da coordenação política da segunda-feira, 11, Dilma foi avisada pelo líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), que a proposta tinha reais chances de ser aprovada na quarta-feira, 13, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, último passo antes da votação final em plenário. Após passar sem alarde pela Câmara, o projeto estava pronto para ir à análise na CCJ, com parecer favorável do presidente da comissão e relator, João Maranhão (PMDB-PB).

Pega de surpresa, Dilma cobrou a equipe econômica por não ter monitorado o projeto e deu aval a Delcídio e ao ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, costurarem um acordo com o STF e com os servidores. O primeiro passo concreto do governo foi não garantir a presença mínima de senadores aliados, o que levou ao cancelamento da reunião da CCJ que votaria a proposta. Na prática, o Executivo ganhou ao menos uma semana de prazo para negociar.

Durante a semana, Nelson Barbosa procurou o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, para discutir o projeto. Lewandowski disse "compreender" as dificuldades econômicas que o País enfrenta, mas assegurou que ainda trabalha pela recomposição das perdas salariais dos servidores.

Em outra frente, Delcídio Amaral começou a trabalhar para defender uma proposta alternativa de reajuste. A aliados, o líder do governo tem dito que vai defender a aprovação do projeto na CCJ e apresentará um requerimento para que a matéria, por ter impacto orçamentário, também tramite na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual é presidente. Ciente que não tem como barrar o reajuste de outro Poder, que considera justo, ele quer que na CAE seja aprovada uma proposta que, ao menos, adie para 2016 a entrada em vigor do aumento escalonado da categoria em três anos.

Delcídio já sondou o senador Walter Pinheiro (PT-BA) para ser o relator da matéria na CAE. Pinheiro disse que topa relatar o projeto, desde que os sindicalistas e o STF concordem com o acerto costurado. O petista, que já se manifestou publicamente a favor do projeto na CCJ, disse que é preciso garantir uma boa estrutura da Justiça com remunerações atrativas aos servidores, que, lembrou, estão sem um plano de carreiras desde 2006. "Dilma deveria demitir todo mundo se não soubesse do projeto", afirmou.

A proposta costurada por Delcídio ainda não foi levada às bancadas do PT e do PMDB, as duas maiores do Senado. "Ainda não sei do acordo", disse o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que já se disse a favor da proposta na CCJ. Embora ressalve que as negociações estejam a cargo do líder do governo, o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse se preocupar com o fato de um eventual reajuste para os servidores do Judiciário se tornar "piso" para outras categorias do funcionalismo. "Do jeito que está (sem as modificações), antecipo que a bancada será contra", disse.

O governo conta com um trunfo nas negociações para evitar o custo do reajuste este ano. Se a articulação do líder do governo fracassar e o projeto for aprovado na CCJ e no plenário, Dilma não precisará sequer vetar a proposta. Isso porque ela não tem eficácia imediata, uma vez que não foi incluída na Lei Orçamentária de 2015 uma previsão de recursos para bancar o reajuste, o que, na prática, impede a concessão do aumento, exceto se o Congresso aprovar um crédito suplementar. Os envolvidos nas negociações, contudo, preferem discutir uma proposta alternativa a ter de enfrentar o desgaste político de não pagar o reajuste de um outro poder. (FONTE: AGÊNCIA ESTADO)

Servidores do Judiciário cogitam greve se não houver proposta de aumento

Sindicalistas envolvidos nas negociações do reajuste dos servidores do Judiciário temem que, sem uma proposta concreta de aumento acordada pelo governo e pelo Congresso, seja difícil segurar a possibilidade de uma greve geral da categoria. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, tem se fiado na sinalização positiva que teria recebido da Presidência da República do reajuste, antes de conversar esta semana com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, para evitar a paralisação dos servidores.

Em meio às negociações, a divulgação na terça-feira, 12, do estudo do Ministério do Planejamento contra o reajuste do funcionalismo foi mal recebida no STF e entre os sindicalistas. O levantamento assegura que o impacto orçamentário do aumento, escalonado em três anos, será de R\$ 25,7 bilhões, e destaca ainda que os servidores das categorias tiveram um aumento real desde 2005.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Fenajufe), uma das principais entidades representativas com 110 mil servidores vinculados, divulgou nota em que "desmente" o texto do Planejamento e defende a necessidade da aprovação "urgente" do projeto. Segundo a manifestação, o impacto do reajuste é de R\$ 10,3 bilhões, o ministério omite a defasagem salarial de nove anos da categoria e que o governo desrespeita a autonomia do Judiciário ao fazer "ingerências indevidas" em projetos de aumento salarial de autoria do poder no Congresso.

Uma das coordenadoras da Fenajufe, Mara Weber, disse que a categoria espera uma proposta concreta de reajuste em 15 dias, o que, se não ocorrer, pode culminar numa greve por tempo indeterminado. "Não estamos falando de um prazo grande", avisou Mara, ao ressaltar, entretanto, que a entidade continua aberta a uma negociação.

Os interlocutores de Lewandowski, em conversas com o Congresso, também têm argumentado que dificultar a aprovação do reajuste pode ser o estopim para uma greve generalizada entre os servidores. Pressionado pela base e magistrados de carreira, Lewandowski reitera em diversas ocasiões seu

compromisso com a recomposição salarial da categoria e trabalhadores do Judiciário. O material de sindicatos com estimativa de perdas salariais tem sido levado por servidores do Supremo ao Congresso. Este fim de semana, as principais entidades sindicais da categoria devem se reunir para discutir qual estratégia adotar. Contudo, já há quem não esteja tão disposto assim a negociar e queira a aprovação do reajuste imediatamente.

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Distrito Federal (Sindijus-DF), por exemplo, tem defendido a rejeição do acordo costurado pelo líder do governo, Delcídio Amaral (PT-MS), para adiar a entrada em vigor do reajuste para o próximo ano. Na avaliação do Sindijus, até a reunião da próxima quarta-feira (20) da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que vai votar o projeto de reajuste da categoria, é prazo suficiente para fechar um acordo orçamentário para viabilizar o reajuste ainda este ano. Na terça-feira, 19, servidores farão um ato em frente ao Supremo em defesa do reajuste. (FONTE: AGÊNCIA ESTADO)

Campanha de Richa recebeu R\$ 2 mi de corrupção na Receita, afirma delator

Em depoimento de delação premiada, auditor fiscal diz que a ordem para arrecadar os valores foi dada pelo parceiro de corridas do governador, em nome do primo distante de Beto



Richa em imagem do dia em que comemorou a reeleição, em outubro do ano passado: segundo denúncia, campanha teria tido caixa 2. operação publicano - Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza disse, em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, que a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), no ano passado, recebeu R\$ 2 milhões arrecadados com o esquema de corrupção na Receita Estadual investigado pela Operação Publicano. A informação é do advogado do auditor, Eduardo Duarte Ferreira, e foi confirmada à reportagem por fontes do Ministério Público Estadual (MP), instituição à qual o Gaeco é vinculado. O depoimento de Souza foi prestado após ele fechar um acordo de delação premiada com o MP para ter redução de sua pena.

Auditor diz que popina era trazida para Curitiba em malas



Delator disse ao Gaeco que 10% dos recursos eram entregues aos seus superiores na Receita Estadual

[Leia a matéria completa](#)

Fotógrafo já havia citado os dois pivôs do caso de corrupção na Receita Estadual



Investigados também fizeram doações legais para o governador Carlos Alberto Richa (PSDB)

[Leia a matéria completa](#)

Segundo o depoimento, além de Richa, dois candidatos a deputado estadual e um a deputado federal teriam sido beneficiados pelo esquema, que consistia em receber propina de empresas para fazer vistas grossas na sonegação de impostos.

Parceiro e parente

Em entrevista à reportagem, o advogado Eduardo Duarte Ferreira afirmou que o auditor relatou que a ordem para levantar dinheiro para a campanha de Richa teria vindo de Márcio de Albuquerque Lima, que no ano passado foi nomeado inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual e que era parceiro do governador em corridas de automobilismo.

No depoimento, disse Ferreira, o auditor afirmou ainda que, em fevereiro do ano passado, foi chamado por Lima para uma reunião. Nesse encontro, teria ficado estabelecida uma meta de arrecadar em torno de R\$ 2 milhões para a reeleição de Richa, dinheiro que seria enviado para um suposto caixa 2 da campanha do tucano. A “meta” teria sido cumprida com três empresas que, assim como as demais achacadas pelos auditores fiscais, tinham dívidas tributárias com o estado. Uma das empresas seria de Arapongas.

Em 2008, caixa dois já havia assombrado Beto Richa



[Leia a matéria completa](#)

Segundo o advogado, seu cliente relatou que Lima falava em nome de Luiz Abi Antoun, primo distante do governador. Seria Luiz Abi o responsável pela indicação de Lima, primeiro para delegado da Receita Estadual em Londrina e depois para inspetor-geral de fiscalização. “Segundo o relato, ele [Abi] indicou o Márcio Lima e houve uma briga fortíssima de bastidores para a indicação”, declarou o advogado Ferreira.

Divisórias

Segundo Ferreira, o auditor Luiz Antônio de Souza também teria pago, do próprio bolso, a compra de divisórias para o comitê de reeleição de Richa em frente do Terminal Urbano, no centro de Londrina. A aquisição teria custado R\$ 20 mil e a nota fiscal teria sido feita em nome de Souza – o documento não foi entregue ao MP até agora.

O governo do Paraná não quis comentar as declarações da delação premiada do auditor Luiz Antônio de Souza. O PSDB emitiu nota: “O PSDB-PR refuta de forma veemente as declarações do Sr. Luiz Antônio de Souza. Informa ainda que o Sr. Luiz Abi Antoun nunca tratou de arrecadação para a campanha eleitoral. Essa tarefa foi de responsabilidade do Comitê Financeiro, do qual o Sr. Luiz Abi Antoun nunca fez parte. O partido ressalta ainda que todas as doações recebidas pelo partido na campanha eleitoral de 2014 ocorreram dentro da legalidade, sendo registradas e atestadas pelo Comitê Financeiro. As contas foram apresentadas e aprovadas integralmente pela Justiça Eleitoral”. O advogado Douglas Bonaldi Maranhão, que representa Márcio de Albuquerque Lima, disse que não tomou conhecimento das acusações e que não poderia se manifestar. Antônio Carlos Coelho Mendes, advogado de Luiz Abi, também disse não iria se manifestar.

Esquema funcionaria há cerca de 30 anos

O esquema de corrupção na Delegacia da Receita Estadual em Londrina funcionaria há cerca de 30 anos. Na última década, teria levantado R\$ 60 milhões em propina e promovido a sonegação de R\$ 500 milhões em impostos. A informação é do advogado de defesa Eduardo Duarte Ferreira, com base no depoimento do auditor fiscal Luiz Antônio Souza, que firmou acordo de delação premiada com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público do Paraná (MP-PR). Pelo acordo da delação premiada, que ainda é analisado pelo juiz da 3.ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, Souza terá de devolver parte do próprio patrimônio ao poder público e, em troca, deve ter a pena reduzida. O promotor Jorge Costa, do Gaeco, confirmou a existência do acordo, mas não revelou detalhes. “No momento, temos de aguardar a homologação desse acordo.” Essa delação premiada, acrescentou, é “um grande avanço” para as investigações da Operação Publicano, comandada pelo Gaeco de Londrina.

Depoimentos

O acordo rendeu, até a sexta-feira passada, 28 horas de gravações, em cinco encontros de Souza com os promotores. O auditor já teria falado sobre o esquema de favorecimento à prostituição de crianças e de adolescentes e está tratando de questões relativas ao esquema de corrupção na Receita Estadual. Na próxima semana, serão realizadas novas sessões de depoimentos.

Conforme Duarte Ferreira, Souza teria relatado que os auditores fiscais procuravam empresas com dívidas com a Receita para fazer a abordagem. Ao fazer acordo com os donos dos estabelecimentos, os auditores davam multas menores do que eram devidas. Além do “abatimento” da dívida, o esquema de auditores fiscais venderia “proteção” aos empresários que pagavam propina contra novas fiscalizações.



Fonte: RPC, Jornal de Londrina. Infografia: Gazeta do Povo.

(FONTE: FÁBIO SILVEIRA - JORNAL DE LONDRINA)

Farra das contratações - Senadores aproveitam brechas em decisão do STF para contratar parentes

De acordo com o supremo, é proibido manter familiares na folha de pagamento, mas congressistas dão um jeito

Os senadores continuam generosos quando se trata de contratar os próprios parentes para cargos em seus gabinetes ou nos escritórios que mantêm com verba pública nos estados. Assim como na Câmara, como revelou ontem o Correio, alguns senadores se aproveitam de brechas na Súmula Vinculante nº 13, do STF, para contratar primos, sobrinhos-netos e outros parentes “de quarto grau”, com gordos vencimentos. Em 2008, o Senado teve de expurgar os parentes mais próximos dos parlamentares, quando a súmula entrou em vigor: na ocasião, cerca de 80 parentes comissionados foram cortados. A prática, no entanto, continua viva. Juntos, os parentes de senadores listados pela reportagem recebem cerca de R\$ 39,4 mil líquidos, por mês. Vários dos primos de “quarto grau” ocupam cargos nos escritórios dos senadores nos estados. A maioria desses funcionários é desconhecida pelo servidores que atuam nos gabinetes em Brasília. Ao responder questionamentos nas salas do Congresso, eles dizem desconhecer o nome do parente e alguns chegam a afirmar que eles não trabalham para os parlamentares. Minutos depois, “identificam” que o contratado “atua no estado” e retornam justificando o desconhecimento. A cena se repetiu pelo menos cinco vezes no Senado. Ontem, o Correio mostrou uma dezena de casos de parentes de deputados que trabalham na Câmara. Juntos, eles faturam por mês R\$ 55 mil líquidos em salários.

Em um dos casos, no gabinete do senador Telmário Mota (PDT-RR), a funcionária rebateu a informação de que Telmar Mota seria o motorista dele, como consta no Portal do Senado. Depois, confirmaram se tratar do motorista que o senador mantém no estado, para atendê-lo quando não está em Brasília. O chefe de gabinete, Ayres Neves, explicou que Telmar é filho de um sobrinho do senador, “o que não alcança a súmula do nepotismo”, segundo ele.

Para conduzir o senador em Roraima, Telmar recebe um salário de R\$ 3,7 mil, além de R\$ 835 de auxílios, desde a contratação, que ocorreu em 4 de fevereiro deste ano. No estado, não há como fiscalizar como e se o filho do sobrinho presta os serviços ao parlamentar. O responsável por conferir se tudo está correto é o próprio senador, que passa a semana em Brasília e volta a Roraima, geralmente, nos fins de semana.

No gabinete do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a comissionada Roseanne Flexa Medeiros justifica ser prima do senador, que também não se encaixa nas restrições da legislação que trata do nepotismo. “A servidora não se enquadra nas restrições impostas pela súmula publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2008”, diz nota oficial do gabinete. Ela trabalha em Brasília desde 2009 e tem salário de R\$ 9,4 mil. “A servidora tem vínculo colateral de quarto grau com o senador”, justificou a nota.

O chefe de gabinete de Davi Alcolumbre (DEM-AP), Paulo Boudens, deu uma dica para entender o que exatamente os parlamentares e seus assessores entendem como “primo de quarto grau”. “A súmula do STF proíbe a contratação dos parentes próximos. Então, é o caso de pais e filhos, que são de 1º grau, dos irmãos, que são em 2º grau, e dos sobrinhos, em 3º grau. O primo é considerado de 4º grau.” A explicação está correta, do ponto de vista da lei brasileira. “A súmula fala em parentes até o 3º grau, em linha direta e colateral, o que exclui os primos. Então, a partir daí, já não se trata mais de nepotismo, do ponto de vista jurídico”, diz o juiz de direito Marlon Reis, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). O próprio Davi emprega, em seu escritório de Macapá, a mulher de um primo, Vânia Alcolumbre. Segundo Boudens, ela cuida dos contatos políticos do primo no estado. “A gente, aqui em Brasília, não conhece todas as pessoas que são das relações do senador no estado”, disse. Vânia já trabalhava com Davi Alcolumbre desde os tempos da Câmara, onde ele exerceu três mandatos. Outro primo em uma posição de destaque é o do líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima. Funcionário do quadro do Senado desde 1982, Flávio Romero Moura da Cunha Lima recebe cerca de R\$ 4,7 mil adicionais para atuar como chefe de gabinete de Cássio.

“Na verdade, há um ranço muito grande de patrimonialismo em toda a administração brasileira”, diz o professor da UnB e especialista em administração pública José Matias-Pereira. “E o patrimonialismo consiste exatamente nisso, numa confusão entre o que é público e o que é privado. É uma herança que começou a ser desfeita nos anos de Getúlio Vargas, e mais recentemente, com a reforma gerencial (1995)”, disse. “Mas, ao que parece, esse modelo patrimonialista vem sendo retomado nos últimos anos, com o aparelhamento do Estado. Há uma sensação de que tudo é permitido, de que o dinheiro público está aí para ser usufruído como bem entender”, avalia o professor. “Essa postura, de confundir público e privado, chega ao ápice em casos como o do petrodólar”, avalia ele. (FONTE: ANDRE SHALDERS, NAIRA TRINDADE - CORREIO WEB)

PT tenta se descolar de política econômica de Dilma para evitar mais desgaste

A reclamação é generalizada. Os petistas se queixam de que o governo não discutiu com as centrais sindicais e demorou para se explicar; o que transferiu o ônus ao partido

A dificuldade em convencer os petistas a aprovarem o pacote fiscal proposto pelo governo na Câmara expôs a indisposição do partido da presidente Dilma Rousseff em “engolir” a política econômica conduzida pelo ministro Joaquim Levy. Além de não concordarem com o ajuste, a forma com que o governo conduziu as conversas preliminarmente irritou o partido, que reclama de sempre pagar mais pelos erros de condução do governo.

O descontentamento não se restringe às correntes de esquerda do partido. É generalizada. Os petistas se queixam de que o governo não explicou as medidas, não conversou de forma satisfatória com as centrais sindicais e que as peças publicitárias sobre o pacote saíram tardiamente. Desta forma, considerou um dirigente, o ônus ficou com o partido, acusado de trair a causa trabalhista.



Luis Macedo/ Câmara dos Deputados/Fotos Públicas

Contra a terceirização: CUT se uniu a outras centrais sindicais em manifestação em frente ao Congresso. O governo só lançou as peças publicitárias no início de maio, quando criou a página “[ajustar para avançar](#)”, com um vídeo de um minuto sobre o tema, uma hashtag com o slogan nas redes sociais. Antes disso, havia lançado somente uma cartilha sobre o tema.

Embora no último momento, o partido tenha votado na Câmara, segundo a orientação do governo para aprovar as duas medidas provisórias, petistas, em reservado, falavam sobre a contrariedade de se votar o ajuste sobre direitos dos trabalhadores. “Ninguém aqui votou feliz”, disse um dos deputados.



Elza Fiuza/Agência Brasil

Política econômica defendida por Levy desagrada parte do PT

A contrariedade ficou explícita na fala do deputado Carlos Zaratini (PT-SP), que renunciou ao cargo de vice-líder do governo, após se posicionar a favor de mudanças no fator previdenciário, contrariando o próprio relatório que mantinha a posição governista de continuidade das regras atuais.

O deputado, que foi relator da medida provisória 664, na qual foi incluída a emenda, disse que a maioria da bancada petista era favorável à mudança do fator, mas acompanhou a orientação do governo. No último momento, ele apoiou a emenda do PTB.

Além de Zaratini, o próprio ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva emitiu sinais de insatisfação com a condução das medidas por parte do Planalto, ao falar em um congresso de sindicalistas em São Bernardo do Campo na semana passada. “Foi um erro ter feito isso por medida provisória”, criticou Lula.

A cúpula do partido já espera que a posição contrária à condução do governo já se manifeste com força na segunda etapa do congresso do partido marcada para os próximos dias 11, 12 e 13 de junho, em Salvador. A reunião marcada para esta segunda-feira (18), da executiva do partido, que trataria da preparação para o congresso acabou adiada para o início de junho. (FONTE: LUCIANA LIMA - IG BRASÍLIA)

Denúncias da Lava Jato contra políticos mostram crimes em família

As novas denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal à Justiça na quinta-feira (14) contra os ex-deputados André Vargas (ex-PT/PR) e Pedro Corrêa (PP-PE) atingiram o seio de suas famílias. Além dos políticos, foram denunciados também os irmãos de André Vargas e dois filhos e a nora de Pedro Corrêa.

"O envolvimento de família em esquema de lavagem de dinheiro não é um fenômeno recente, é algo que reconhecido como uma tipologia internacional de lavagem de dinheiro há muito tempo. Familiares são escolhidos para fazer este tipo de tarefa, porque são pessoas de estreita confiança dos criminosos, e eles podem acreditar e confiar que aquelas pessoas não vão narrar estes crimes para frente, não vão confessar e reconhecer contra sua vontade", explica o procurador Deltan Dallagnol, que integra a força tarefa da Lava Jato.

Os ex-parlamentares são acusados de lavagem de dinheiro, corrupção e peculato. André Vargas é acusado

também de organização criminosa. Ele tem 51 anos e é o mais velho dos três irmãos denunciados - Milton tem 49 anos e Leon, 47.

Segundo o Ministério Público Federal, entre 26 de outubro de 2010 e 2 de abril de 2014, após a deflagração da Operação Lava Jato, os três irmãos, o publicitário Ricardo Hoffmann e outras pessoas não identificadas, "de modo consciente, voluntário, estável e em comunhão de vontades, promoveram, constituíram e integraram, pessoalmente, uma organização criminosa que tinha por finalidade a prática de crimes de corrupção ativa e passiva em face da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Saúde e a lavagem dos recursos financeiros auferidos desses crimes".

A Procuradoria aponta que, entre os meses de junho e dezembro de 2011, André Vargas foi pessoalmente por quatro vezes ao escritório do doleiro Alberto Youssef. Entre abril de 2013 e fevereiro de 2014, Leon Vargas visitou o local por 18 vezes. Milton Vargas esteve 6 vezes no escritório de Youssef, entre maio de 2013 e novembro de 2013.

Personagem central da Lava Jato, Alberto Youssef operava propina para o PP no esquema de corrupção instalado na Petrobrás e desbaratado pela força-tarefa de procuradores da República e delegados da Polícia Federal. O PP, o PT e o PMDB são suspeitos de lotear diretorias da Petrobrás para arrecadar entre 1% e 3% de propina em grandes contratos, mediante fraudes em licitações e conluio de agentes públicos com empreiteiras organizadas em cartel.

Pedro Corrêa, de 67 anos, e a filha Aline Corrêa, de 42, teriam sido beneficiários do esquema. Foram denunciados com eles outro filho de Pedro Corrêa, Fábio Corrêa de Oliveira Andrade Neto, de 43 anos, e Márcia Danzi Russo Corrêa de Oliveira, 40, nora do ex-deputado.

"Por isso, inclusive, nós vemos que das diversas pessoas que reconheceram a prática dos crimes, mesmo pessoas envolvidas, como por exemplo o assessor parlamentar que trabalhava no gabinete, num esquema comum com outras pessoas familiares", afirma Deltan Dallagnol.

"Esse ex-assessor reconheceu a prática dos crimes, enquanto os familiares não reconheceram. Essa é uma prática que vem de longa data, muito comum."

O investigado a quem o procurador se refere é o ex-assessor parlamentar de Pedro Corrêa, Ivan Vernon, de 61 anos, também denunciado. Ele chegou a ser preso temporariamente em abril, na mesma data que foi pedida a prisão do ex-deputado.

Na época das prisões, a comerciante Vera Lúcia Leite Sousa Shiba, dona de uma banca de jornal em Brasília, disse à Polícia Federal que a partir de 2006 trabalhou no gabinete de Pedro Corrêa. Em troca do emprego, ela afirmou que teve de fechar acordo com Ivan Vernon: repassava ao assessor de Pedro Corrêa metade de seus vencimentos.

"Além do recebimento de vantagens indevidas pessoalmente, Pedro Corrêa recebia a propina, no período compreendido entre 14 de maio de 2004 e 17 de março de 2014, por meio do comparecimento de emissários ao escritórios de Alberto Youssef na cidade de São Paulo, entre eles Fábio Corrêa e Márcia Danzi, em valores que giravam em torno de R\$ 50 mil e R\$ 200 mil por recebimento", diz a denúncia do Ministério Público Federal.

"Os registros de entrada no escritório de Alberto Youssef apontam que Fábio Corrêa realmente compareceu no local por pelo menos 33 vezes nas datas acima especificadas, para receber vantagens indevidas em nome de seu genitor", aponta a Procuradoria.

A denúncia da Procuradoria revela que em 28 de setembro de 2012 Pedro Corrêa, por meio de Fábio Corrêa, recebeu a quantia de R\$ 35 mil no escritório de Youssef. Em 2 de outubro de 2012, o filho do ex-deputado teria recebido R\$ 55 mil, e em 3 de outubro de 2012, R\$ 35 mil.

"Em depoimento prestado em sede policial, Rafael Ângulo (entregador de dinheiro de Youssef e novo delator da Lava Jato) declarou que Fábio Corrêa foi várias vezes ao escritório de Alberto Youssef receber valores em espécie de Pedro Corrêa. Relatou, em acréscimo, que Fábio Corrêa apresentava contas para pagamentos e listas de pessoas físicas e jurídicas para que fossem creditados valores, aí incluída a conta corrente do escritório do próprio Fábio Corrêa e da empresa do cunhado Laudo Dalla Costa, a Dalla Costa Consultoria LTDA", afirma trecho da denúncia.

Ouvido na Polícia Federal, Fábio Corrêa alegou que não se recordava de ter comparecido ao escritório de Alberto Youssef em São Paulo, apesar de conhecer o doleiro. Márcia Danzi afirmou que não conhecia o doleiro.

A advogada de André Vargas não comentou a denúncia contra o ex-deputado.

Após a denúncia do Ministério Público Federal, o advogado de Pedro Corrêa, Marcus Vinícius Bernardes, afirmou que o ex-parlamentar 'vai prestar as declarações dele, no momento oportuno, quando forem

realizados os depoimentos dele na Polícia Federal e principalmente perante o juízo'.

"O deputado já afirma que não fará nenhuma delação e nega qualquer tipo de acusação contra ele."

O escritório Arns de Oliveira & Andreazza, que defende Ivan Vernon, informou que comentará o caso na próxima semana.

Os advogados dos irmãos de André Vargas e dos filhos e da nora de Pedro Corrêa não foram localizados. (FONTE: BONDE – ESTADÃO CONTEÚDO)

Empreiteiro diz que deu dinheiro a filho do presidente do TCU, diz revista

Tiago recebeu dinheiro para 'abrir caminhos no TCU' presidido pelo pai Aroldo Cedraz, diz a revista 'Veja'



Advogado Tiago Cedraz, controverso filho do presidente do TCU, Aroldo Cedraz: dinheiro para "abrir caminhos no TCU".

O parente de ministro do TCU citado em depoimento de delação premiada do empreiteiro Ricardo Pessoa, presidente da construtora UTC, seria o advogado Tiago Cedraz, filho do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz, segundo afirma a revista Veja que circula neste fim de semana.

Em nota publicada na coluna "Radar", sob o título "Delação explosiva", a revista informa que no acordo de delação premiada de Ricardo Pessoa está citado o nome de Tiago Cedraz, filho do presidente do TCU, Aroldo Cedraz. "O dono da UTC diz que deu dinheiro ao advogado para abrir caminhos no TCU nas obras de Angra 3", informa Veja.

Apesar de muito jovem, Tiago Cedraz tem uma carreira considerada de sucesso que muitos acreditam ser vinculada ao fato de seu pai ser ministro e, agora, presidente do TCU. Ele já foi citado em operações da Polícia Federal. (FONTE: DIÁRIO DO PODER)

OAS é suspeita de favorecer cunhada de ex-diretor do PT

Moacyr Lopes Junior - 23.dez.2014/Folhapress



Edifício Solaris, Guarujá, finalizado pela construtora OAS

Documentos anexados em disputas judiciais sugerem que a construtora OAS, investigada na [Operação Lava Jato](#), favoreceu a cunhada do ex-diretor de finanças do PT [João Vaccari Neto](#) em uma transação imobiliária.

O caso envolve um apartamento comprado e vendido por Marice Correa de Lima, cunhada de Vaccari, no edifício Solaris, no Guarujá (SP).

O prédio –o mesmo onde o [ex-presidente Lula é dono](#) de uma cobertura– foi lançado pela Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários) em 2003, mas a obra parou com o colapso da cooperativa. Vaccari presidiu a Bancoop entre 2004 e 2010.

Em 2009, quando incorporou o Solaris, a OAS ofereceu aos mutuários as seguintes opções: pagamento de valor extra para receber as chaves quando a obra fosse concluída ou, em caso de desistência, ressarcimento dos valores pagos à Bancoop em 36 prestações. A primeira parcela da devolução só seria paga 12 meses após o distrato.

Registros oficiais mostram que Marice pagou, entre 2011 e 2012, R\$ 200 mil pelo imóvel em construção. Em 2013, ela fez o distrato e recebeu à vista R\$ 432 mil da OAS. Ganho de 116% em um ano. Meses depois, a OAS vendeu o mesmo imóvel por R\$ 337 mil.

O tratamento destoa do oferecido a outros compradores no mesmo prédio.

Na disputa que trava com a OAS na Justiça, Eliana Vaz de Lima, outra mutuária, diz que em 2009 já havia pago R\$ 213 mil por um imóvel no Solaris. Ela possui e-mails de 2013 em que a OAS oferece a ela a possibilidade de devolução de R\$ 234 mil. Ou seja, uma correção de 9,9% em quatro anos.

O valor seria devolvido em 36 parcelas, começando um ano após a assinatura do acordo para encerrar a disputa.

METADE DO VALOR

Outra comparação que sugere favorecimento da OAS para a cunhada de Vaccari é com a compradora do apartamento 64-A do Solaris, a bancária Luciane Giogo Galvão.

Luciane diz ter pago todas as parcelas do contrato com a Bancoop. Ela buscava financiamento para pagar o extra pedido pela OAS para entrega das chaves quando a construtora realizou o distrato unilateral e, em janeiro, vendeu o imóvel a outra pessoa.

Na ação de recuperação judicial da empreiteira na 1ª Vara de Falências de São Paulo, a OAS reconhece que deve a Luciane R\$ 194 mil. Ou seja: menos da metade do que pagou, dois anos antes, a Marice por um imóvel idêntico.

Vaccari e Marice foram [citados pelo doleiro Alberto Youssef](#), delator da Lava Jato, como intermediários de suborno pago pela OAS ao PT.

As transações no edifício Solaris levantaram suspeitas de que serviam, na verdade, para camuflar propina.

OUTRO LADO

Procurada, a OAS emitiu nota em que não deu detalhes sobre as condições mais favoráveis oferecidas a Marice Correa de Lima, cunhada do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, em relação a outros compradores do mesmo empreendimento no Guarujá.

Em 2013, a OAS pagou R\$ 432 mil pelo apartamento 44-A, em nome de Marice, mais que o dobro do oferecido para obter o distrato de imóveis idênticos no edifício, algumas vezes em pagamento parcelado em até 36 vezes.

"São discussões completamente diferentes. No caso da cliente Marice Correa de Lima, houve um distrato", afirmou a empreiteira, em nota.

A OAS não deu detalhes sobre o que a levou a pagar R\$ 432 mil à vista à cunhada de Vaccari e, meses depois, vender o imóvel por R\$ 337 mil.

Sobre a proposta feita a Eliana Vaz de Lima de pagar R\$ 234 mil em 36 parcelas só depois de um ano após a assinatura do distrato do apartamento 102-B, a empresa informou que a compradora não chegou a aderir ao acordo que resultou na incorporação pela OAS da obra iniciada pela Bancoop.

"Ela nunca foi cliente da OAS Empreendimentos, mas entrou com ação contra a OAS na qual pleiteia a unidade que havia comprado na Bancoop a preço de custo."

Sobre o distrato envolvendo o apartamento 64-A, de Luciane Giogo Galvão e pelo qual a empreiteira ofereceu a entrada de um apartamento menor como compensação, a OAS culpou a compradora.

"A cliente teria interesse pela unidade, mas tornou-se inadimplente, diante disso houve distrato unilateral."

À Justiça Marice negou ter se encontrado com Alberto Youssef ou recebido valor ilícito do esquema de corrupção na Petrobras. Segundo sua defesa, seu patrimônio teve origem lícita e todos os seus bens estão declarados. (FONTE: FOLHAPRESS)

CPI do Petrolão convoca o “Homem da Mala”, que levou R\$ 1 milhão de Youssef para Gleisi Hoffmann

Trem-pagador – O casal Gleisi Helena Hoffmann e Paulo Bernardo da Silva vive momentos de máxima tensão. A CPI da Petrobras aprovou na quinta-feira (15) a convocação de Rafael Ângulo Lopez, encarregado de distribuir dinheiro a políticos em nome do doleiro Alberto Youssef. Lopez firmou acordo

de delação premiada com a Justiça e admite ter entregado dinheiro de propina ao ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e a diversos políticos. Entre eles, segundo se sabe, a senadora Gleisi Hoffmann (PT).

O R\$ 1 milhão que teria aterrissado na conta de campanha de Gleisi foi solicitado, em 2010, por Paulo Bernardo (marido da senadora e à época ministro do Planejamento de Lula) a Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e providenciado pelo doleiro da Lava-Jato. O dinheiro foi entregue a Gleisi em quatro parcelas em um shopping popular de Curitiba. Uma das parcelas foi paga em 15 de julho de 2010, quando a Polícia Federal conseguiu estabelecer que o homem da mala de Youssef, Rafael Ângulo Lopez, passou por Curitiba.



Lopez tinha como função fazer entregas de valores em dinheiro a clientes “Vips” do esquema de corrupção na Petrobrás, além de abastecer contas no exterior. Ele poderá confirmar quem são os principais recebedores do dinheiro desviado da Petrobrás de obras superfaturadas e apontar em quais contas foram feitos depósitos de propina. Lopez controlava o cofre de Youssef quando o doleiro não estava em São Paulo.

De acordo com pessoas que conviveram com Youssef, uma conta no exterior teria sido aberta em nome de Lopez, por onde passou dinheiro do esquema distribuído fora do País. Em depoimento à Justiça, a contadora Meire da Silva Poza, que deveria ter sido indiciada, afirmou que era ele “quem cuidava da vida financeira de Alberto Youssef”. Segundo a contadora, era “ele quem fazia saques, pagamentos a terceiros, viagens ao exterior etc. Portanto, teria conhecimento dos ativos mantidos no País e no exterior”.

A delação premiada de Rafael Ângulo Lopez foi homologada pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, relator da Operação Lava-Jato, em 9 de maio. Como revelou a revista Veja em dezembro, Lopez, braço-direito de Youssef, distribuía propina oriunda de desvios em grandes obras. Ele cruzava o País para fazer entregas em Brasília, Recife, Porto Alegre, Curitiba, Maceió e São Luís. (FONTE: UCHO.INFO)

Moral de calça curta... Servidora atua em escritório particular de senador do DEM

Sérgio Lima - 17.mar.2015/Folhapress



O senador Ronaldo Caiado (DEM), que nega que assessores estejam em situação irregular Pouco antes das 14 horas do dia 9 de abril, a servidora do Senado Meiry Rosa de Oliveira, nomeada pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), cumpriu sua rotina de parar o carro no estacionamento privativo e abrir o cadeado do escritório localizado em uma casa na rua 26, em Goiânia (GO), onde trabalha. Duas semanas depois, a Folha encontrou a assessora novamente no local.

O escritório político informado por Caiado à direção do Senado, porém, fica em outro endereço. Pelas regras da Casa, assessores dos senadores nos Estados devem trabalhar nos escritórios políticos indicados previamente ao Senado pelos congressistas.

O prédio em que Meiry atua é o escritório de apoio às fazendas de Caiado, também frequentado por seu irmão, Rondon, que, segundo a assessoria do senador, auxilia na administração das propriedades rurais da família. Caiado declara ter sete fazendas no interior de Goiás.

Segundo Meiry, o escritório particular também é usado para cuidar dos negócios do senador do DEM. "Escritório financeiro dele, no geral. (...) Cuida de todas as finanças, de todos os pagamentos dele."

Sérgio Lima - 9.abr.2015/Folhapress



Meiry Oliveira ao entrar no escritório particular de Caiado

Em entrevista à Folha, Caiado disse que o escritório das fazendas não é o local fixo de trabalho da assessora.

"Então, esse assunto, onde ela fica, isso é uma coisa muito relativa. Ela despacha comigo na minha casa, despacha comigo no escritório político, despacha comigo no escritório [em] que você viu meu irmão. Agora, falar que ela é fixa naquele local, isso não procede", disse.

Caiado confirmou que o escritório frequentado por Meiry também cuida dos assuntos das fazendas. "Ali, eu e meu irmão, nós temos vários negócios de família, (...) assuntos que ficaram em comum", disse o senador.

Caiado também informou que tem nove assessores morando em cidades do interior do Estado. Segundo o senador, eles encaminham relatórios de trabalho e periodicamente vão a Goiânia para participar de reuniões.

ESPALHADO

O gabinete dividiu o Estado em nove regiões, nas quais vive e trabalha cada um dos assessores. Em ofício ao Senado em março, Caiado informou que mantém apenas um escritório de apoio em Goiás, na rua 1.130, em Goiânia, a cerca de 2 km do escritório das fazendas.

Em 2009, após o escândalo dos atos secretos, o Senado procurou moralizar a situação dos assessores nos Estados. Em ato próprio, a Comissão Diretora estabeleceu que os senadores podem criar "escritórios de apoio" nos Estados, mas os endereços precisam ser comunicados por escrito.

O ato não prevê punições, no entanto deve ser obedecido por todos os gabinetes. Em caso de descumprimento, o Ministério Público pode ajuizar ações de improbidade e buscar ressarcimento aos cofres públicos.

A Folha indagou ao Senado onde devem trabalhar assessores dos senadores nos Estados. A Casa respondeu: "O servidor deve prestar serviços nessa unidade ou, alternativamente, em outra, caso o senador tenha mais de uma unidade no Estado".

Falando em tese, sem saber do caso concreto, três senadores disseram à reportagem que o Senado impede que assessores vivam e trabalhem em municípios que não contam com escritórios políticos previamente informados à Casa.

OUTRO LADO

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) negou que a assessora Meiry Oliveira e outros nove assessores que trabalham no interior de Goiás estejam em situação irregular.

Caiado disse que os assessores do interior costumam ir ao escritório político, em Goiânia, para reuniões periódicas. Os encontros não são semanais. "Não toda segunda-feira. Isso é impossível. Nós temos pessoas que estão a 400 km de distância, outros estão a 300 km de distância. Mas todos têm que prestar contas a esse escritório central", disse o senador.

Meiry, segundo Caiado, "é ajudante de ordens. Como tal ela cumpre toda essa função e essa prerrogativa de poder acompanhar toda minha atuação lá dentro da Casa como também de prestar contas daquilo que eu tenho que prestar ao Senado Federal".

Segundo a assessoria do parlamentar, o trabalho dos assessores no interior do Estado é "feito em consonância com o escritório político, onde eles se reúnem frequentemente". Os assessores têm como tarefa "estabelecer contatos com lideranças urbanas e rurais dessas cidades, ouvindo demandas e necessidades das comunidades da região, levantando as áreas mais carentes para a destinação de emendas parlamentares", assim como "coordenar visitas, junto com o escritório político do senador, às cidades representadas por cada um".

A assessoria do senador apresentou à Folha a resposta a uma "consulta" ao Senado sobre o assunto. "Lendo atentamente o texto abaixo e baseado nas considerações contidas, podemos atestar que os procedimentos estabelecidos pelo ato que rege a matéria estão sendo cumpridos", respondeu a Coordenação de Registros Parlamentares e Pessoal Comissionado.

Porém, a dúvida encaminhada pela assessoria à coordenação é diferente das dúvidas formuladas pela Folha. Segundo o texto da assessoria, "foi definido um escritório na capital do Estado, em Goiânia, que centraliza e coordena a atividade dos servidores que por sua vez visitam os municípios e viabilizam os interesses políticos do Senador em todo o território do Estado de Goiás".

Conforme manifestações anteriores do próprio Caiado, o que ocorre é o contrário, os servidores moram no interior e periodicamente vão à capital goiana. (FONTE: FOLHAPRESS)